



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

PLANTAS MEDICINAIS E SEU USO NA GESTÃO PÚBLICA

**Dioelen Virgínia Borges Souza de Aquino Coelho¹; Diana Figueiredo de Santana Aquino¹;
Joshiley Coelho Guindo de Aquino¹; Carla Cristina Ribeiro²**

UFGD/FCBA – Caixa Postal 533, 79.804-970 – Dourados – MS, E-mail: dioaquinocoelho@gmail.com¹

UFGD/FCS – Caixa Postal 533, 79.804-970 – Dourados – MS, E-mail: di_fsa@yahoo.com.br¹

Professora da Pós graduação/EAD-UFGD².

O uso de plantas medicinais recebeu destaque no meio das gestões públicas principalmente após a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS) em documentos relacionados ao seu uso destaca-se: Portaria Nº 971 de 3 de maio de 2006 que aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS; o Decreto do Presidente da República Nº 5.813 de 22 de junho de 2006 que aprova a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos; a Portaria Interministerial Nº 2.960 de 9 de dezembro de 2008 que aprova o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos bem como a criação do Comitê Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos. O objetivo deste trabalho foi avaliar as condições atuais de utilização de fitoterápicos por gestores na saúde pública, utilizando uma revisão bibliográfica para sistematizar as referências relacionadas à integração das plantas medicinais ao SUS. Para tal, foram consultados artigos de periódicos indexados, manuais e documentos oficiais publicados até 2014, os mesmos foram selecionados e consultados integralmente. Atualmente, são vários programas de fitoterapia implantados/em fase de implantação pelas secretarias de saúde em diversas regiões do Brasil, buscando facilitar o acesso da população às plantas medicinais/fitoterápicos (visando o uso correto das mesmas, bem como favorecimento financeiro, baixo custo). Mesmo com a crescente busca por práticas integrativas medicamentosas percebemos que os estudos acerca da fitoterapia como recurso para a gestão pública/SUS ainda são precários no Brasil, logo, torna-se necessário o desenvolvimento nesta área, para que se possa enriquecer o conhecimento dos profissionais, auxiliando no amadurecimento de seus conhecimentos e tornando mais seguras e eficazes a implementação das práticas fitoterápicas no SUS.